ATA NÚMERO 108

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Aquicultura

10 de Setembro de 2026 - **Martinica** (Simon Hotel) | Híbrida

14h30 - 17h30 (hora local) | **INT:** PT, FR e ESP

Introdução. Natureza da reunião

Às 14 e 30 minutos do dia 10 de setembro de 2026, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Aquicultura, em modo híbrido, a partir do *Simon Hotel*, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol.

Boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. Jean-Michel Cotrébil (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) deu as boas-vindas a todos os presentes, tanto presencialmente como em linha, e deu início à apresentação da ordem de trabalhos, tendo em conta os objetivos definidos e a necessidade de debater os principais desafios enfrentados pelo setor da aquicultura.

- **Aprovação da agenda**

A agenda foi aprovada por unanimidade.

- **Informações Administrativas –** Secretária-Geral;

A Secretária-geral informou que a ata da reunião anterior, realizada a 18 de março de 2026, tinha sido aprovada no dia 07 de setembro de 2026 e que havia interpretação disponível em português, espanhol e francês. A reunião estava a ser gravada para efeitos de elaboração de ata. Informou também que no que dizia respeito aos trabalhos desenvolvidos, o Grupo de Trabalho da Aquicultura tinha participado na elaboração da Recomendação 80, relativa à Visão 2040 para as Pescas e a Aquicultura das Regiões Ultraperiféricas, e da Recomendação 81, referente à estratégia da União Europeia para as comunidades costeiras das Regiões Ultraperiféricas. Mencionou duas recomendações que se encontravam por elaborar, a primeira, já debatida anteriormente, dizia respeito à implementação de práticas e tecnologias destinadas a promover a otimização energética na aquicultura e a segunda, que seria discutida durante a reunião, incidia sobre a realização de um estudo de impacte que contribuísse para o desenvolvimento de políticas e práticas promotoras da sustentabilidade da aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas. Relativamente aos participantes inscritos como observadores, estavam o Sr. Alan le Bout Ayassamy, da *Collectivité Territoriale de Saint-Martin*, a Sra. Amanda Pérez da DGMARE, a Sra. Barbara Charvot da Direção do Mar da Martinica, a Sra. Cassandre Gatoux, Representante da região de Guadalupe em Bruxelas, a

Sra. Christèle Allaud da *Collectivité Territoriale de Martinique,* a Sra. Cyril Evuort e a Sra. Dariane Marinette de Guadalupe, o Sr. Hipólito Pérez da *Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canaria,* a Sra. Noelia Álvares do *Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de Espanha* e o Sr. Rui Catarino do ICES.

1. **Debate sobre os desafios e as perspetivas relacionados com o desenvolvimento e a manutenção de unidades de produção de alevins nas RUP.**

A Sra. Catherine Minot (*Service Pilotage Stratégique et Projets Structurants*) afirmou que relativamente às estações de produção de aquicultura na Martinica, existiam duas unidades comerciais em funcionamento. A coletividade encontrava-se a avaliar a possibilidade de criar uma estação de produção experimental, com o objetivo de apoiar a produção de alevins de Peixe-vermelho (*Sciaenops ocellatus*) e desenvolver trabalhos de investigação sobre novas espécies.

O Sr. Ruben Farias (*Federação das Pescas dos Açores*) referiu que, gostariam de perceber melhor aquela questão, uma vez que, nos Açores, ainda nem tinham chegado aquela fase, fizeram algumas experiências, mas ainda não conheciam bem os resultados, nem tinham tido oportunidade de partilhar essa experiência. Referiu também que gostariam de saber o que significava na prática ter bons resultados na produção de alevins e quais eram, concretamente, as instalações de produção existentes. Afirmou que gostaria de perceber se o facto de estarem numa ilha, fora da plataforma continental, representava alguma dificuldade, nomeadamente em termos de custos e de operação.

A Sra. Catherine Minot em resposta à questão colocada, esclareceu que a Martinica, enquanto região ultraperiférica, tinha custos acrescidos, nomeadamente ao nível dos equipamentos e da alimentação dos peixes. Explicou que, na produção de alevins, era importante distinguir duas vertentes: a produção destinada à comercialização, geralmente assegurada por empresas privadas e a investigação e desenvolvimento, essencial para garantir a diversidade genética das espécies. Embora os custos de produção na Martinica fossem superiores aos praticados na Europa, a produção comercial continuava a ser viável, no entanto, a localização isolada da região colocava maiores dificuldades no domínio da investigação e do desenvolvimento, sobretudo no que respeitava à manutenção da diversidade genética, uma vez que não existiam empresas privadas com dimensão suficiente para assegurar esse trabalho. A título de exemplo, indicou que uma produção na ordem das 1 000 toneladas poderia permitir alcançar alguma autonomia em termos de diversidade genética, enquanto uma produção de cerca de 2 000 toneladas já possibilitaria o desenvolvimento de programas privados de investigação, a produção de alimentos e a gestão genética.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) começou por agradecer o acolhimento recebido na Martinica, que considerou muito positivo, e destacou a importância de conhecer melhor a realidade local, nomeadamente os problemas relacionados com o sargaço (*Sargassum fluitans*). Referiu, contudo, que sentiu alguma dificuldade em participar na discussão de determinados temas sem conhecer de forma mais concreta a realidade do território. Considerou que teria sido muito enriquecedor, se os membros do CCRUP tivessem tido a oportunidade de conhecer as condições locais, através de uma visita e de uma apresentação sobre a situação da Martinica. Esclareceu que aquela observação não constituía uma crítica negativa ao acolhimento recebido, mas antes uma chamada de atenção para a importância de um contacto mais direto com a realidade local. Na sua perspetiva, esse conhecimento teria permitido uma discussão mais concreta e produtiva, baseada na identificação dos principais problemas, das mais-valias existentes e das diferenças entre as práticas adotadas na Martinica e nos Açores. Acrescentou que esse contacto poderia também ter contribuído para a elaboração de futuras recomendações que fossem úteis para o território, reconhecendo que a Martinica poderia constituir um exemplo em várias matérias.

A Sra. Barbara Charvot (*Direction de la Mer de Martinique*), referiu que a aquicultura na Martinica se centrava exclusivamente numa espécie, os alevins, cuja produção tinha sido desenvolvida a partir da década de 1990, com o apoio de um instituto de investigação que estudou todo o processo, desde a produção de alevins até à obtenção de peixes em tamanho comercial. O ciclo de produção em aquicultura encontrava-se estabilizado, pelo que a investigação inicial naquela área estava concluída. Informou que na Martinica existiam nove explorações aquícolas, responsáveis por uma produção anual conjunta de cerca de 63 toneladas e que se tratavam, na sua maioria, de pequenas explorações de carácter artesanal. Uma dessas unidades produzia cerca de 20 toneladas por ano e tinha potencial para aumentar a produção, no entanto, para ultrapassar esse volume, a legislação francesa exigia a realização de um estudo de impacte e a obtenção de uma autorização sanitária específica, estando prevista a possibilidade de a exploração avançar nesse sentido. Foi também identificado como um dos principais problemas do setor o facto de existir apenas um núcleo de reprodutores, do qual provinham todos os peixes produzidos. Uma vez que os mesmos reprodutores eram utilizados há cerca de dez anos e apresentavam já uma idade avançada, existia o risco de perda de diversidade genética, o que poderia comprometer a continuidade da atividade. Nesse contexto, salientou a necessidade de renovar o núcleo de reprodutores e de garantir a diversidade genética da espécie. Atendendo à reduzida dimensão das explorações, considerou pouco viável que cada produtor assegurasse individualmente os seus próprios reprodutores e a produção de alevins, sendo necessário promover uma gestão conjunta que permitisse obter economias de escala. Por esse motivo, a coletividade tinha assumido a

responsabilidade pela gestão do núcleo de reprodutores, com vista a assegurar a continuidade da produção aquícola na Martinica.

O Sr. Jean-Michel Cotrébil salientou que as críticas e observações apresentadas eram importantes, e referiu que a experiência vivida na *Aquanaria* na *Gran Canari*a demonstrava que era possível desenvolver a aquicultura de forma estruturada e eficiente. Contudo, os produtores aquícolas que operavam na Martinica continuavam a enfrentar dificuldades significativas, sobretudo devido à problemática do sargaço. Explicou que um dos motivos para a escolha do tema do sargaço no programa da visita tinha sido o impacte direto daquela alga na atividade aquícola do território. Apesar da existência de barreiras de proteção contra o sargaço nas proximidades de algumas explorações, continuavam a registar-se perdas significativas. Embora a experiência da *Aquanaria* tivesse sido considerada um exemplo a seguir, nomeadamente pela utilização de estruturas circulares e de tecnologias avançadas, reconheceu que a Martinica ainda se encontrava numa fase inicial de desenvolvimento e que seria necessário tempo para adquirir o conhecimento técnico e científico necessário à implementação de soluções semelhantes. Para além da produção de peixes, foi mencionada a possibilidade de diversificar a atividade aquícola através da criação de outras espécies, nomeadamente crustáceos, tendo sido referidas iniciativas para desenvolver a produção em cativeiro do lavagante (*Homarus gammarus*), no entanto, considerou que o avanço dessas iniciativas dependia também da resolução dos problemas associados ao sargaço. Explicou que a acumulação de sargaço podia provocar situações de anoxia, devido à diminuição dos níveis de oxigénio na água, continuando a ser difícil compreender e prever aqueles fenómenos e que apesar dos esforços desenvolvidos e da realização de estudos, persistiam dificuldades em encontrar soluções eficazes. A deslocação das jaulas, mediante autorização da Direção do Mar, nem sempre permitia evitar os efeitos do sargaço, continuando a verificar-se perdas de alevins e outros problemas na produção. Por fim, sublinhou a necessidade de aprofundar os estudos sobre o impacte do sargaço na aquicultura, tendo em conta que se tratava de uma realidade específica da Martinica, que não afetava da mesma forma os restantes territórios. Referiu ainda que a produção local decorria a um ritmo relativamente lento, com cerca de dois ciclos de produção por ano, em contraste com a escala de produção de outras explorações aquícolas, o que evidenciava as dificuldades enfrentadas pelo setor na região.

O Sr. Pedro Melo esclareceu que a discussão não deveria centrar-se apenas no problema do sargaço, mas sobretudo nas consequências que tinha para a atividade piscatória e aquícola. Considerou que teria sido importante conhecer exemplos concretos dos impactes do sargaço na Martinica, bem como a sua dimensão e as consequências para os profissionais do setor uma vez que essa informação teria permitido fundamentar eventuais recomendações à União Europeia e reforçar a capacidade do CCRUP para defender os interesses do território junto das instituições

europeias. Afirmou que aquela observação não deveria ser entendida como uma crítica negativa, mas como um contributo construtivo e defendeu ainda que as visitas aos territórios deveriam permitir conhecer não só os aspetos positivos e as boas práticas, mas também as dificuldades e os problemas existentes, uma vez que era precisamente esse conhecimento que permitiria identificar necessidades concretas e contribuir para a procura de soluções.

A Sra. Barbara Charvot explicou que, quando o sargaço se acumulava junto às jaulas de aquicultura, provocava a morte dos peixes, causando prejuízos significativos aos produtores e que apesar das perdas registadas, os produtores não conseguiam obter indemnizações através dos fundos europeus, uma vez que estas dependiam do reconhecimento da situação como catástrofe natural. Referiu que ao abrigo da legislação francesa, os episódios de chegada e acumulação de sargaço eram considerados fenómenos previsíveis e recorrentes, pelo que não eram classificados como catástrofes naturais, ao contrário de situações como os furacões. Consequentemente, os produtores afetados ficavam sem apoio financeiro para compensar a perda de peixe, recuperar os efetivos e retomar a atividade, acumulando prejuízos decorrentes da impossibilidade de comercializar a produção. Nesse contexto, a Direção do Mar procurava sensibilizar as autoridades nacionais para a necessidade de encontrar soluções que permitissem apoiar os produtores perante aquele tipo de fenómeno. Foi ainda salientada a importância de prever, no próximo quadro de financiamento europeu, mecanismos de apoio específicos para situações adversas de natureza climática que, embora não fossem juridicamente reconhecidas como catástrofes naturais, provocavam impactos económicos significativos e justificavam uma resposta financeira adequada.

O Sr. Jean-Michel Cotrébil apresentou um relatório elaborado no âmbito do CRPMEM da Martinica, acompanhado de fotografias que documentavam os efeitos do sargaço na aquicultura. As imagens ilustravam a aproximação das primeiras massas de sargaço às explorações, a sua acumulação junto às jaulas de produção e, por fim, a ocupação total das instalações, que tinha provocado a mortalidade de todo o efetivo aquícola. De acordo com a avaliação económica realizada, os prejuízos associados a uma exploração ascendiam a cerca de 245 000 euros, dos quais aproximadamente 130 000 euros correspondiam a perdas de produção e 112 000 euros a investimentos perdidos em alevins e alimentação. Sublinhou a dimensão daqueles prejuízos e a dificuldade dos produtores em suportar os custos decorrentes daquelas situações. Explicou que, quando ocorria a perda de grandes quantidades de peixe numa jaula, a Martinica não dispunha de empresas especializadas na remoção dos animais mortos e que essa situação obrigava à abertura das jaulas, permitindo que outras espécies marinhas consumissem os peixes mortos, o que comprometia as condições de utilização das estruturas. Apesar das dificuldades, reconheceu a capacidade de resistência dos aquicultores, que continuavam a tentar retomar a atividade e a

intenção de desenvolver a produção de novas espécies, nomeadamente o Luciano-vermelho (*Lutjanus purpureus*), bem como de explorar outras possibilidades de diversificação. Contudo, perante a mortalidade total dos efetivos, seria necessário recomeçar grande parte do processo de produção, incluindo a produção de alevins. Chamou ainda a atenção para os riscos associados à exposição dos trabalhadores às emanações gasosas resultantes da acumulação de sargaço, que podiam provocar perdas significativas de capacidade de trabalho. Nesse contexto, reiterou que a Martinica procurava, através dos fundos europeus e da intervenção das autoridades nacionais, encontrar uma solução que permitisse reconhecer os impactes do sargaço como uma situação suscetível de justificar apoios específicos. Foram igualmente identificados outros constrangimentos ao desenvolvimento da aquicultura na Martinica, cerca de 40% do território encontrava-se sujeito a restrições relacionadas com a contaminação por clordecona, o que limitava as áreas disponíveis para a produção aquícola. A estes condicionalismos juntava-se a exposição frequente a fenómenos de agitação marítima intensa e a ciclones, que provocavam danos nas explorações e obrigavam à recuperação ou reconstrução das instalações. Apesar desse contexto, defendeu que a aquicultura não deveria ser abandonada, mas antes apoiada através de meios adicionais e de soluções técnicas mais eficazes. Informou também que os aquicultores não estavam em conflito com os pescadores, uma vez que as duas atividades eram complementares e que a aquicultura contribuía para a produção de pescado e para a diversificação da atividade económica, existindo já uma comissão dedicada a este setor no âmbito do CRPMEM, na qual participavam também representantes da pesca. Salientou ainda a importância de reforçar aquela cooperação e de criar uma nova dinâmica de trabalho conjunto, reconhecendo, contudo, que esse processo teria de ser desenvolvido gradualmente. Por fim, destacou a importância da cooperação entre as regiões ultraperiféricas, com vista a reforçar as capacidades de produção, a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento técnico. Considerou que uma produção anual de cerca de 60 toneladas era insuficiente para garantir a segurança do setor, uma vez que um único ciclone ou episódio grave de acumulação de sargaço poderia comprometer toda a produção. Afirmou que os efeitos do sargaço se faziam sentir em cerca de 60% da zona costeira da Martinica, abrangendo várias áreas das costas atlântica e caribenha, tanto a norte como a sul, o que evidenciava a dimensão territorial do problema.

A Secretária-geral começou por pedir desculpa pela intervenção, explicando que, enquanto elemento do secretariado, considerava importante esclarecer algumas questões relacionadas com os desafios e as perspetivas de desenvolvimento e manutenção das unidades de produção de alevins nas RUP. Questionou se a produção de alevins, sendo habitualmente realizada em tanques , era efetivamente afetada pela presença de sargaço no mar. Perguntou ainda se a contaminação por clordecona poderia representar um constrangimento naquele tipo de produção, tendo em conta

a eventual utilização de água do mar. Perante a recorrência do fenómeno do sargaço e a incerteza quanto à sua evolução futura, questionou também quais eram as perspetivas de desenvolvimento da aquicultura em terra, nomeadamente através de sistemas de produção em tanques, que permitissem reduzir a exposição aos efeitos do sargaço e aos danos provocados por furacões. Considerou também que o desenvolvimento da aquicultura em terra poderia constituir uma oportunidade para diversificar a atividade profissional dos pescadores, em articulação com medidas de formação e reconversão profissional, permitindo que alguns pescadores transitassem para o setor aquícola. Concluiu solicitando a perspetiva das autoridades competentes sobre aquelas possibilidades.

A Sra. Catherine Minot afirmou que em resposta à questão colocada, as maternidades de aquicultura funcionavam em terra, no entanto, as três unidades existentes, se encontravam localizadas junto à costa atlântica, ficando igualmente expostas aos efeitos do sargaço, sobretudo ao nível dos sistemas de captação de água. A acumulação de sargaço podia obstruir as estações de bombagem e danificar os equipamentos, contudo, o principal risco decorria dos efeitos menos visíveis da decomposição do sargaço no mar, que podia originar massas de água poluída e tóxica, transportadas pelas correntes. Caso essa água fosse captada e conduzida para os tanques de produção, poderia provocar a mortalidade dos alevins e dos reprodutores mantidos em terra, assim, embora a produção decorresse em instalações terrestres, esta continuava dependente da qualidade da água do mar, ficando sujeita aos mesmos riscos ambientais que afetavam as explorações instaladas em jaulas no mar. A título de exemplo, referiu que, no ano anterior, uma estação de bombagem tinha sido afetada pela entrada de água de má qualidade captada junto à costa e essa situação obrigou à utilização de um sistema de captação localizado a cerca de 500 metros da linha de costa para se conseguir obter água em melhores condições. Esse exemplo demonstrava a importância de prever sistemas de captação alternativos e de avaliar cuidadosamente a localização das instalações, uma vez que a captação de água mais próxima da costa era menos dispendiosa, mas apresentava maiores riscos de contaminação. Salientou ainda que o núcleo de reprodutores existente constituía a única unidade populacional disponível daquela espécie para a Martinica, a Guadalupe e a Ilha da Reunião, tendo a diversidade genética sido inicialmente introduzida a partir desta última região. Reiterou a dificuldade em desenvolver mais unidades de produção em terra na Martinica, uma vez que, apesar de permitirem reduzir a exposição direta aos fenómenos meteorológicos no mar, continuavam dependentes de uma captação de água de qualidade e permaneciam vulneráveis aos efeitos do sargaço.

O Sr. José Basílio Otero (*Federación Nacional de Confradías de Pescadores*) partilhou o exemplo de uma localidade do norte de Espanha, situada no território continental, onde, apesar da escassez de água doce, estava a ser construída uma unidade de aquicultura de salmão com uma

capacidade de produção de 3 000 toneladas por ano. Explicou que, inicialmente, a instalação tinha suscitado preocupações devido à disponibilidade limitada de água doce, no entanto, essas preocupações tinham sido atenuadas após se perceber que a unidade utilizava um sistema de aquicultura de recirculação (RAS), que permitia reutilizar a água. Nesse sentido, sugeriu que a implementação de sistemas RAS em unidades de aquicultura em terra, incluindo sistemas adaptados à água salgada, poderia constituir uma alternativa interessante para a Martinica Uma vez que essa solução permitiria reduzir a dependência da captação contínua de água do mar e, eventualmente, minimizar os impactes do sargaço, através do controlo dos períodos de renovação da água.

O Sr. Bruno Langlade (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) abordou a importância estratégia das maternidades aquícolas nas regiões ultraperiféricas, referindo que, no caso do seu território, já não existia produção aquícola marinha, uma vez que a única exploração existente tinha encerrado há vários anos, após enfrentar diversas dificuldades, incluindo acusações relacionadas com a atração de tubarões para as proximidades da ilha. Explicou que a atividade aquícola se centrava atualmente na produção em terra, nomeadamente de Tilápia (*Oreochromis niloticus)*, peixe-gato-vermelho (*Clarias gariepinus*) e truta (*Oncorhynchus mykiss*). Contudo, a inexistência de maternidades na ilha constituía um entrave significativo ao desenvolvimento do setor, uma vez que os produtores dependiam do fornecimento de alevins do exterior, ficando sujeitos a custos de transporte elevados, dificuldades de adaptação dos animais e riscos acrescidos para a sua sobrevivência e para a viabilidade das explorações. Na ausência de fornecimento externo, os produtores procuravam soluções locais improvisadas para assegurar a disponibilidade de alevins. Afirmou que uma maternidade numa região ultraperiférica deveria ser encarada não apenas como uma infraestrutura económica, mas também como um instrumento de soberania alimentar, de segurança do abastecimento e de resiliência perante crises logísticas. Considerou, por isso, essencial recuperar a capacidade de produção local de alevins para permitir o desenvolvimento da atividade aquícola. Referiu também que estavam em curso reflexões sobre possíveis soluções, tendo defendido que, numa fase inicial, a maternidade deveria ser assegurada por uma entidade científica, responsável, nomeadamente, pelos trabalhos de seleção e melhoramento genético. Posteriormente, a gestão poderia transitar para o setor privado, desde que estivessem reunidas condições para garantir a viabilidade económica da estrutura. Sublinhou, contudo, que os mecanismos de financiamento europeus permitiam sobretudo apoiar os investimentos iniciais, persistindo dificuldades em assegurar os custos de funcionamento das instalações, nesse sentido, questionou se os futuros instrumentos de financiamento europeus poderiam incluir também apoios às despesas operacionais, de modo a garantir a sustentabilidade das maternidades a longo prazo. Acrescentou que o setor enfrentava

igualmente dificuldades no abastecimento de alimentos para aquicultura e que a unidade industrial que anteriormente produzia aqueles alimentos no território, abastecendo também mercados externos, nomeadamente Moçambique e Madagáscar, tinha encerrado. Consequentemente, os produtores locais passaram a depender de importações, o que tinha aumentado o custo da alimentação em cerca de 500 euros por tonelada face aos valores anteriormente praticados. Apesar de existir procura para a produção aquícola local, as limitações no fornecimento de alevins e os custos acrescidos dos alimentos impediam o setor de desenvolver todo o seu potencial.

A Sra. Catherine Minot afirmou que relativamente à possibilidade de implementar sistemas de aquicultura em circuito fechado (RAS), tinha sido reconhecido o interesse naquela solução, contudo, salientou que, na Martinica, a disponibilidade de terrenos adequados constituía um constrangimento significativo, sobretudo no caso da produção em água salgada, que exigia acesso ao mar e a instalação de sistemas de captação de água. Referiu ainda que a disponibilidade de terrenos com condições favoráveis para a instalação de maternidades era cada vez mais limitada, dificultando a escolha de locais adequados ao desenvolvimento daquelas infraestruturas.

O Sr. Jean-Michel Cotrébil salientou que a Martinica enfrentava diversas dificuldades no desenvolvimento da aquicultura, algumas das quais eram difíceis de ultrapassar, enquanto outras poderiam ser resolvidas com os meios e o apoio adequados. Nesse sentido, apelou à Comissão Europeia para que a realidade do território fosse devidamente considerada e para que pudesse contar com o apoio do CCRUP na promoção de uma aquicultura sustentável. Referiu que a autossuficiência alimentar constituía um objetivo importante, mas difícil de alcançar perante os constrangimentos existentes. Considerou que a aquicultura era uma atividade com futuro e que, perante a incerteza quanto à evolução da pesca profissional na Martinica, seria essencial encontrar soluções científicas e técnicas que permitissem desenvolver o setor e garantir a continuidade da produção alimentar. Defendeu, assim, a necessidade de avançar para um modelo de desenvolvimento sustentável da aquicultura, sublinhando a importância da investigação científica e da criação de um polo técnico e científico na Martinica. Referiu ainda que a formação em aquicultura já estava prevista na escola de formação local, mas que não tinha sido possível desenvolver plenamente essa oferta devido às dificuldades que o setor atravessava. Considerou que a criação de condições para o desenvolvimento da atividade permitiria também valorizar a formação e criar oportunidades profissionais. Reconheceu que os aquicultores da Martinica enfrentavam um contexto particularmente difícil e que começavam a demonstrar sinais de desgaste perante a falta de meios e de apoio, contudo, salientou que continuava a acreditar no futuro da atividade e apelou a que não fosse abandonado o esforço de desenvolvimento do setor. Reforçou que as dificuldades existentes não deveriam ser entendidas como um motivo de desistência, mas antes como uma razão para intensificar a procura de soluções. Relativamente às

propostas apresentadas para a implementação de sistemas alternativos de produção, nomeadamente em terra, considerou que seria necessário aprofundar o conhecimento das experiências existentes noutros territórios, através de novas visitas e da análise das soluções técnicas disponíveis. Alertou ainda para as limitações relacionadas com a disponibilidade de terrenos e de água, incluindo água doce, que também condicionavam o desenvolvimento de outras formas de aquicultura. Apesar de exercer a atividade de pesca profissional, e não a aquicultura, considerou fundamental promover uma nova dinâmica de cooperação e reforçar o apoio ao desenvolvimento da aquicultura na Martinica.

O Sr. Rui Catarino (*International Council for the Exploration of the Sea - ICES*) referiu que o ICES não se dedicava exclusivamente ao estudo das pescas e das questões ambientais, desenvolvendo também trabalho na área da aquicultura. Nesse âmbito, identificou vários grupos de trabalho que abordavam temas relacionados com as questões discutidas durante aquela reunião, nomeadamente a aplicação da genética às pescas e à aquicultura, incluindo a redução da diversidade genética, a capacidade de carga dos sistemas de produção e as dimensões sociais e económicas da aquicultura. Salientou que esses grupos tinham produzido diversos relatórios e documentos técnicos que poderiam ser úteis ao trabalho do CCRUP e referiu que a informação estava disponível na página eletrónica do ICES e disponibilizou-se para enviar ao secretariado uma lista de ligações para facilitar a consulta e a partilha dos documentos. Destacou ainda a existência de publicações mais recentes dedicadas à caracterização da aquicultura por ecorregião, que reuniam informação sobre as espécies produzidas, a localização das explorações, os volumes de produção, os principais mercados e os constrangimentos existentes em cada território. Afirmou que a elaboração de um documento semelhante para as regiões ultraperiféricas seria particularmente útil, uma vez que permitiria conhecer melhor a realidade de cada região, identificar diferenças e pontos em comum e compreender os principais desafios enfrentados pelo setor. Na sua perspetiva, esse levantamento constituiria uma base de trabalho para promover a partilha de experiências, identificar boas práticas e explorar possíveis formas de cooperação entre os diferentes territórios.

A Secretária-geral afirmou que, há já vários anos, tinha sido recomendado à Comissão Europeia que solicitasse ao ICES a centralização da avaliação dos recursos haliêuticos e das quotas de pesca de todas as Regiões Ultraperiféricas. Questionou se faria sentido existirem diferentes instituições responsáveis por aquelas avaliações, nomeadamente o ICES nos Açores, o *Committee for Eastern Central Atlantic Fisheries* (CECAF) na Madeira e nas Canárias e o *Western Central Atlantic Fishery Commission* (WECAFC) nas RUPs do Atlantico Oeste, entre outras entidades envolvidas nas regiões francesas. Defendeu que devia haver uma abordagem transversal, baseada nos mesmos parâmetros e metodologias, que permitisse a comparação dos

resultados entre as diferentes regiões, tendo em conta o enquadramento comum da União Europeia. Concordou com a elaboração de uma visão geral sobre todas as RUP, salientando que aquele trabalho já tinha sido solicitado anteriormente pelo CCRUP, nomeadamente no âmbito das avaliações relacionadas com os Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (VMES). Recordou que os membros do CCRUP já tinham manifestado interesse em que o ICES desenvolvesse trabalho em todas as Regiões Ultraperiféricas, tendo sido também solicitada uma análise mais aprofundada das VMEs, com o objetivo de incluir, entre outros aspetos, os recifes de coral, cuja degradação e mortalidade nem sempre eram devidamente identificadas. Embora o *Initiative Française pour les Récifs Coralliens* (IFRECOR) já desenvolvesse trabalho naquela matéria, considerou que o envolvimento do ICES poderia conferir maior visibilidade aquela problemática. Recordou ainda que, em julho de 2021, perante o conhecimento limitado sobre a aquicultura nas RUP e a necessidade de aprofundar a matéria, o CCRUP tinha desenvolvido um trabalho interno, com o apoio de estagiários, sobre a análise *SWOT* da aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas. O documento, disponível na página eletrónica do CCRUP, abordava os principais conceitos, o ponto de situação da aquicultura e o respetivo enquadramento socioeconómico em cada uma das regiões. Apesar do seu carácter introdutório, o trabalho tinha procurado constituir um ponto de partida para um eventual aprofundamento daquela matéria pelo ICES, tendo sido bem recebido pela Comissão Europeia. Nesse contexto, foi colocada a possibilidade de formular uma recomendação.

O Sr. Rui Catarino afirmou que uma recomendação poderia contribuir para promover o desenvolvimento daquele trabalho, reconhecendo, simultaneamente, que a preparação de documentos daquela natureza exigia tempo e recursos, atendendo à dimensão e à complexidade do setor. A título de exemplo, referiu a dimensão da produção aquícola de salmão (*Salmo salar*) na Noruega, ilustrando o volume de dados e de documentação que seria necessário reunir, ainda assim, salientou a pertinência de avançar com a iniciativa, considerando que o ICES poderia ter interesse em desenvolver aquele trabalho caso recebesse um pedido formal nesse sentido. Relativamente à articulação entre o CECAF, o ICES e os restantes organismos regionais de gestão das pescas, esclareceu que cada uma daquelas organizações era responsável por uma determinada área geográfica. Referiu ainda que estavam a ser promovidos esforços no âmbito do ICES para estabelecer formas de cooperação com outras organizações, começando pela realização de um seminário conjunto e, eventualmente, pela criação de um grupo de trabalho entre o ICES e o CECAF. Referiu também que a Comissão Europeia tinha vindo a incentivar uma maior colaboração do ICES com a Madeira e as Canárias, atendendo à proximidade daquelas regiões e à possibilidade de desenvolver trabalhos de interesse comum, essa abordagem poderia constituir um ponto de partida para uma cooperação mais alargada, permitindo reunir esforços e promover o trabalho conjunto nas RUP. Por último, salientou que a elaboração de documentos de

enquadramento geral sobre as diferentes regiões poderia constituir uma primeira etapa, por ser logisticamente mais simples e politicamente menos sensível. Essa opção permitiria aprofundar o conhecimento sobre as RUP sem sobrepor as competências das diferentes organizações regionais de gestão das pescas, evitando que estas interpretassem a iniciativa como uma interferência nas suas áreas de responsabilidade.

Pontos de ação:

Elaborar uma recomendação à Comissão Europeia para promover a sustentabilidade da aquicultura nas RUP, reforçando o financiamento, a investigação científica, a produção de alevins e as medidas de mitigação dos impactes do sargaço. Promover igualmente a cooperação entre regiões e o aprofundamento do conhecimento sobre as necessidades e os constrangimentos específicos do setor.

2. **Debate sobre a importância da realização de um estudo de impacte que conduza ao desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a sustentabilidade da aquicultura nas RUP** (Recomendação n. º 12 do Plano de Trabalho 2025/26);

O Sr. Jean-Michel Cotrébil deu início ao debate, convidando os participantes a partilharem as suas perspetivas e contributos sobre o tema em análise.

A Secretária-geral recordou que a adoção daquela recomendação era obrigatória para o cumprimento do plano de trabalho, nesse sentido, convidou os representantes de todas as regiões ultraperiféricas presentes, a pronunciarem-se sobre a importância da realização de um estudo de impacte que contribuísse para o desenvolvimento de políticas e práticas destinadas a promover a sustentabilidade da aquicultura nas RUP. O objetivo final consistia em recomendar a realização daquele estudo, sendo necessário identificar, para esse efeito, os principais pontos a abordar na recomendação.

O Sr. Jean Michel Cotrébil referiu que, na Martinica, dois produtores aquícolas se tinham associado para realizar um estudo de impacte ambiental. Salientou, contudo, que os custos associados aqueles tipos de estudos eram extremamente elevados, dando como exemplo o montante de 75 000 € e sublinhou que esse encargo constituía um obstáculo significativo ao desenvolvimento do setor. Informou que o aumento da capacidade de produção implicava investimentos adicionais, sem que existisse a garantia de que a produção prevista pudesse ser alcançada, tendo em conta os diversos riscos e fatores que afetavam a atividade e defendeu, por isso, necessidade de rever os custos dos estudos de impacte ambiental na Martinica, de modo a torná-los mais acessíveis aos produtores. Salientou que a exigência de um estudo de impacte ambiental, com um custo estimado de 75.000€, constituía um importante entrave à entrada de novos operadores no setor. Neste sentido, sugeriu a possibilidade de definir uma faixa de preços de referência específica para as Regiões

Ultraperiféricas, que tivesse em consideração as suas particularidades e contribuísse para o reforço da capacidade de produção aquícola. Mesmo que os produtores se organizassem em associações, continuaria a ser difícil suportar esses encargos, sobretudo perante perdas de produção. Relativamente às diferenças entre a realidade da Martinica e a de outras regiões, reconheceu que, em sistemas como os da *Aquanaria*, existia um planeamento mais desenvolvido, nomeadamente no que respeitava à consideração da oceanografia e das correntes marítima, contudo, mesmo nesses casos, ainda não existiam dados suficientemente fiáveis sobre a dinâmica das correntes que permitissem determinar com segurança a localização das explorações, prever o transporte de material ou definir a deslocação das jaulas. Afirmou que o investimento na aquicultura, perante a incerteza quanto à produção e os riscos de perdas financeiras, colocava sérias dificuldades à viabilidade económica das explorações. Apesar destes constrangimentos, afirmou que alguns produtores continuavam na atividade por gosto e dedicação ao setor, demonstrando resiliência, embora enfrentassem dificuldades consideráveis para desenvolver e aumentar a produção.

O Sr. Bruno Dachicourt afirmou que, na Ilha da Reunião, tinha sido realizado recentemente um estudo de mercado que permitira identificar o potencial de desenvolvimento da aquicultura, bem como algumas das principais dificuldades existentes, nomeadamente ao nível do abastecimento de juvenis. Salientou a importância de um eventual estudo de impacte incluir recomendações dirigidas à União Europeia no sentido de os futuros mecanismos de financiamento abrangerem não apenas o investimento, mas também os custos de funcionamento das explorações aquícolas, considerados fundamentais para garantir a viabilidade económica e a continuidade da atividade. Referiu ainda que estavam a ser desenvolvidos esforços para aprofundar aquela análise, embora o trabalho se revelasse complexo. Questionou a possibilidade de se realizar um estudo de impacte global para todas as Regiões Ultraperiféricas, tendo em conta que algumas das dificuldades eram específicas de cada região, apesar de existirem também desafios e necessidades comuns.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) manifestou alguma incerteza quanto ao significado do conceito de sustentabilidade no âmbito do estudo proposto, tendo sido questionado se este se referia exclusivamente à dimensão ambiental ou se abrangia também as dimensões económica e social e afirmou que a análise deveria contemplar as vertentes da sustentabilidade. Relativamente à dimensão ambiental, reconheceu que a aquicultura tinha registado progressos significativos ao longo dos anos, nomeadamente na redução dos impactes associados à acumulação de sedimentos nos fundos marinhos e à localização das explorações. Salientou, contudo, que a viabilidade económica do setor continuava a suscitar dúvidas e que algumas explorações aquícolas não teriam sido criadas sem o apoio de fundos europeus significativos e que determinadas empresas tinham acabado por encerrar após a redução dos apoios, enquanto outras se tinham mantido em atividade graças à continuidade do financiamento público. Considerou ainda a existência de uma diferença substancial entre os apoios

concedidos à aquicultura e os destinados à pesca e comparou a estrutura empresarial dos dois setores nas Canárias, onde a pesca envolvia cerca de 400 a 500 empresas, enquanto a aquicultura se encontrava concentrada em apenas cinco empresas. Apesar daquela diferença, referiu que os apoios públicos à aquicultura ultrapassavam os atribuídos ao conjunto das empresas de pesca. Em termos de comparação entre os apoios à produção, cerca de 0,08 €/kg era para a pesca profissional e cerca de 0,30 €/kg para a aquicultura, considerando que aqueles valores justificavam uma análise mais aprofundada da rentabilidade do setor. Defendeu que os apoios públicos deveriam contribuir para tornar as atividades economicamente viáveis a longo prazo, promovendo a autonomia das empresas, em vez de assegurarem uma dependência permanente dos subsídios e que o financiamento deveria funcionar como um instrumento de apoio ao desenvolvimento e à consolidação da atividade, evitando que a rentabilidade das empresas dependesse exclusivamente da transferência continuada de fundos públicos para operadores privados. Esclareceu que as suas observações não correspondiam a uma posição contrária à aquicultura, mas antes à necessidade de avaliar o setor de forma abrangente e equilibrada. O estudo deveria analisar não apenas os aspetos ambientais, mas também a viabilidade económica e os impactes sociais da atividade, de modo a permitir uma avaliação global da sua sustentabilidade nas Regiões Ultraperiféricas.

O Sr. Ruben Farias afirmou que o projeto *LocAqua* tinha estudado as condições existentes em torno da ilha de São Miguel para identificar as zonas mais adequadas à prática da aquicultura, tendo concluído que os Açores não apresentavam, de um modo geral, condições particularmente favoráveis para o desenvolvimento daquela atividade. Informou que a costa norte de São Miguel não dispunha de locais adequados e que, na costa sul, apenas tinha sido identificada uma zona entre a Povoação e a Ribeira Quente com condições para a instalação de uma exploração aquícola. Nessa zona tinha sido instalada uma jaula, por iniciativa privada, para a produção de lírios (*Seriola dumerili*). Salientou que, até à data, não tinha sido disponibilizada informação sobre os resultados daquela exploração, nomeadamente em termos de produção, o que dificultava a avaliação das condições efetivas de desenvolvimento da aquicultura na região. Referiu ainda que o Governo Regional dos Açores tinha procurado promover o diálogo com a entidade responsável pelo investimento, com o objetivo de obter informação que permitisse compreender melhor os resultados alcançados. Nesse contexto, reconheceu que a definição dos pilares da sustentabilidade a considerar numa eventual recomendação seria difícil, tendo em conta a falta de informação disponível. Ainda assim, considerou que, tratando-se de uma recomendação conjunta das Regiões Ultraperiféricas, seria expectável que estas manifestassem interesse na realização de um estudo de impacte, ficando por definir o seu âmbito e os aspetos concretos a analisar. Reafirmou que a sustentabilidade deveria ser entendida nas suas três dimensões, a ambiental, a económica e a social, não existindo qualquer oposição a uma abordagem abrangente, contudo, sublinhou que persistiam dúvidas quanto aos

objetivos concretos que se pretendia alcançar com o estudo e às necessidades específicas que a recomendação deveria procurar responder.

O Sr. José Basílio Otero afirmou que gostava de levantar uma questão relativa ao novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura, tendo sido referido que, na semana anterior, lhe tinha sido transmitida a informação de que o montante previsto para as Canárias passaria dos 2 000 milhões de euros para 4 000 milhões de euros. Apesar dessa evolução positiva, foi salientada a necessidade de continuar a reivindicar um montante de, pelo menos, 6 000 milhões de euros, à semelhança do valor anteriormente disponível, tendo sido apelada à participação conjunta das Regiões Ultraperiféricas nesse esforço. Nesse contexto, questionou se, nos Açores, na Madeira e nas Regiões Ultraperiféricas francesas, existiam instrumentos equivalentes aos Grupos de Ação Local da Pesca (GAL-Pesca), utilizados em Espanha, nomeadamente nas Canárias, para apoiar iniciativas e estudos daquela natureza. Referiu que esses grupos constituíam instrumentos úteis, uma vez que permitiam, em muitos casos, financiar integralmente os projetos. A título de exemplo, explicou que, na Galiza, os pescadores artesanais que pretendessem investir numa atividade diferente da pesca extrativa, nomeadamente na aquicultura, podiam beneficiar de apoios que cobriam até 100% do investimento, dentro dos limites estabelecidos para cada projeto. Essa medida procurava incentivar a diversificação das atividades dos pescadores e, simultaneamente, reduzir a pressão sobre os recursos haliêuticos, contribuindo para a sustentabilidade do meio marinho. Salientou ainda que esses instrumentos de financiamento poderiam constituir uma solução a considerar para apoiar a realização do estudo em discussão, tendo em conta que os custos dos estudos técnicos e das consultorias eram frequentemente elevados e podiam, em alguns casos, representar um encargo desproporcionado face aos benefícios esperados.

O Sr. Pedro Melo afirmou que relativamente ao projeto de aquicultura nos Açores, referido anteriormente, tinha ficado a cargo de uma empresa privada pertencente a um dos maiores grupos económicos dos Açores. Há cerca de dois anos, a empresa aguardava informações sobre os apoios comunitários disponíveis através do FEAMPA para aquele tipo de projetos e que a continuidade da iniciativa dependeria, em grande medida, dos financiamentos obtidos. Na sua opinião, o facto de um grupo económico com capacidade financeira significativa depender daqueles apoios poderia indiciar que os resultados esperados não tinham sido alcançados e acrescentou que, apesar de já serem conhecidos os montantes dos apoios disponíveis, não tinha conhecimento de qualquer desenvolvimento posterior do projeto. Salientou também a importância da realização de um estudo prévio sobre a aquicultura, considerando que poderia evitar investimentos de maior dimensão em projetos que não apresentassem condições para se tornarem economicamente autossustentáveis. A realização do estudo seria particularmente importante para avaliar a viabilidade do investimento antes da sua concretização, uma vez que as dificuldades poderiam tornar-se muito mais complexas

numa fase posterior. Nesse contexto, sugeriu que se procurassem diferentes soluções de financiamento, incluindo a criação de mecanismos mistos que conjugassem o investimento privado com fundos públicos ou com o apoio de entidades locais da Martinica, de forma a facilitar a concretização dos projetos. Fez uma comparação com os sistemas de produção aquícola intensiva existentes na Ásia, e salientou que as condições de produção, as exigências regulamentares e os cuidados ambientais e sanitários nem sempre eram equivalentes aos aplicáveis na União Europeia, nomeadamente no que dizia respeito à segurança alimentar e à qualidade dos produtos. Essas diferenças tinham contribuído para uma avaliação prudente do potencial económico da aquicultura. Não obstante estas reservas, reconheceu que a aquicultura poderia desempenhar um papel importante no abastecimento alimentar mundial, tendo em conta o crescimento da população e a pressão exercida sobre os recursos marinhos. Considerou, contudo, que o desenvolvimento do setor não seria simples, sobretudo perante as exigências regulamentares e ambientais aplicáveis na União Europeia afirmou que a avaliação do impacte ambiental não deveria limitar-se ao estudo inicial, devendo ser assegurado um acompanhamento contínuo dos efeitos da atividade, incluindo os impactes nos fundos marinhos e nas espécies autóctones e referiu que esse acompanhamento poderia implicar a apresentação de estudos periódicos, nomeadamente de três em três anos, para avaliar a evolução dos impactes ambientais. Reiterou que considerava fundamental a realização de um estudo prévio, defendendo que, mesmo que o seu custo se situasse entre 75 000 € e 100 000 €, esse investimento poderia ser particularmente bem aplicado numa fase inicial, por permitir avaliar os riscos e evitar investimentos posteriores sem garantias de viabilidade.

O Sr. Jorge Gonçalves acrescentou que, nos Açores, a produção aquícola estava limitada às espécies autóctones, não sendo autorizada a introdução de espécies provenientes de outras regiões. Salientou que essa restrição condicionava significativamente o desenvolvimento da atividade e aumentava os custos de produção, uma vez que algumas das espécies autóctones com valor comercial, como o pargo, o cherne (*Polyprion americanus*) e o boca-negra (*Helicolenus dactylopterus*), apresentavam um crescimento muito lento, prolongando os ciclos de produção e tornando-os consideravelmente mais dispendiosos. Todos esses condicionalismos tornavam a produção aquícola regional mais dispendiosa do que a produção no continente, consequentemente, os produtos açorianos enfrentavam dificuldades de competitividade no mercado, uma vez que os consumidores tendiam a optar pelo pescado com preços mais acessíveis. Assim, quando os produtos regionais apresentavam preços superiores aos da concorrência, corriam o risco de permanecer por vender, comprometendo a viabilidade económica das explorações aquícolas.

O Sr. David Pavón afirmou que, a nível mundial, a contribuição da pesca extrativa para a produção de proteína se situava habitualmente entre 49% e 51%, cabendo à aquicultura uma proporção semelhante, sendo assim, a aquicultura respondia a uma necessidade efetiva, embora a sua viabilidade económica, sem recurso a apoios públicos, continuasse a suscitar dúvidas. Deu

como exemplo que a rentabilidade de uma atividade económica poderia parecer assegurada caso os investimentos iniciais, os custos com pessoal e as despesas correntes fossem suportados por fundos europeus, contudo, sem a continuidade desses apoios, a mesma atividade poderia deixar de ser economicamente viável. Essa reflexão foi apresentada no contexto das preocupações do setor da pesca extrativa relativamente ao modelo de financiamento da aquicultura. Defendeu ainda que o desenvolvimento da aquicultura deveria ser acompanhado de critérios claros e que deveria complementar a produção proveniente da pesca, tendo em conta as necessidades de abastecimento alimentar e a capacidade de exploração sustentável dos recursos marinhos. Manifestou preocupação quanto à concorrência entre os dois setores no acesso aos fundos europeus e informou que estava prevista uma redução significativa do financiamento europeu, inicialmente estimada em cerca de 66%. Nesse contexto, considerou que a eventual necessidade de os setores da pesca extrativa e da aquicultura recorrerem aos mesmos instrumentos financeiros exigia uma reflexão sobre a distribuição dos apoios. Abordou ainda as diferenças entre as regiões relativamente às espécies autorizadas para produção aquícola. No caso dos Açores, reconheceu que a restrição às espécies autóctones se justificava do ponto de vista biológico e ambiental, uma vez que a fuga de espécies não nativas poderia provocar impactes negativos nos ecossistemas locais e explicou que, nas Canárias, existia preocupação com a produção aquícola de espécies que eram também capturadas pela pesca extrativa, dado que essa produção poderia gerar concorrência direta no mercado. Concordou quanto à importância da realização de um estudo que permitisse avaliar as diferentes dimensões e apoiar a definição de políticas adequadas às especificidades das Regiões Ultraperiféricas.

A Secretária-Geral afirmou que atendendo à dimensão reduzida do grupo de trabalho sobre aquicultura e ao facto de ser constituído maioritariamente por pescadores, o secretariado sentia, por vezes, algumas dificuldades na preparação das recomendações naquela matéria. Nesse contexto, questionou sobre a utilização de pescado selvagem na alimentação dos peixes de aquicultura, tendo sido mencionada a estimativa de que seriam necessários cerca de quatro peixes provenientes da pesca extrativa para produzir um peixe de aquicultura. A título de exemplo, referiu que, nos Açores, já existia uma empresa que exportava cavala (*Scomber colias*) para a produção de alimentos destinados à aquicultura. Questionou até que ponto seria sustentável destinar a cavala à alimentação de peixes de aquicultura, quando esse recurso poderia ser consumido diretamente pelos seres humanos, salientando o desequilíbrio entre a quantidade de pescado utilizada na alimentação aquícola e a quantidade produzida para consumo humano. Questionou ainda sobre a necessidade de continuar a promover o desenvolvimento da aquicultura nas condições atualmente existentes, tendo sido solicitada a opinião dos restantes participantes sobre aquela matéria, em particular quanto à sustentabilidade do modelo de produção, à utilização de recursos provenientes da pesca extrativa e ao papel dos apoios públicos no setor.

O Sr. Jorge Gonçalves referiu que existiam regiões da União Europeia com melhores condições e maior capacidade para o desenvolvimento da aquicultura do que outras, apresentando realidades e níveis de desenvolvimento distintos. Mencionou o caso da Madeira, onde a aquicultura apresentava algum sucesso, contudo, essa região registava um volume de turismo significativamente superior ao dos Açores e das Canárias, o que implicava uma procura muito elevada de pescado, para a qual os recursos selvagens disponíveis se revelavam insuficientes. Nesse contexto, considerou necessário encontrar soluções alternativas que permitissem dar resposta ao aumento da procura, sem desvalorizar o papel do pescado selvagem. Referiu também que, apesar da evolução do consumo depender do poder de compra, seria expectável um aumento significativo da procura de pescado selvagem, sobretudo por parte de consumidores com maior capacidade financeira e dispostos a pagar por produtos de elevada qualidade. Por fim, defendeu a importância de identificar as zonas mais adequadas ao desenvolvimento da aquicultura, tendo em conta as especificidades e os constrangimentos de cada região. Relativamente aos Açores, chamou a atenção para os elevados custos energéticos associados à captação e bombagem de água, bem como para as dificuldades acrescidas da produção em sistemas *offshore* e *inshore*.

O Sr. José Basílio Otero salientou que a produção europeia de pesca e aquicultura assegurava apenas cerca de 20% do consumo de pescado na Europa, sendo os restantes 80% provenientes de importações, nesse sentido, considerou que a aquicultura não constituía necessariamente uma ameaça para a pesca extrativa. Ainda assim, defendeu a necessidade de exigir às autoridades uma diferenciação clara entre os produtos provenientes da pesca extrativa e os produtos da aquicultura nos pontos de venda, permitindo aos consumidores identificar corretamente a origem dos produtos e tomar decisões de compra informadas. Relativamente à alimentação dos peixes em aquicultura, reconheceu que a produção de um quilograma de pescado poderia implicar a utilização de três a quatro quilogramas de farinha, tendo sido, contudo, referido que já existiam experiências destinadas a encontrar fontes alternativas de proteína, nomeadamente através da produção de farinha de insetos. A esse propósito, mencionou o trabalho desenvolvido no setor espanhol da aquicultura, bem como a importância de promover modelos de produção integrados, nos quais os próprios aquicultores pudessem assegurar, tanto quanto possível, a produção dos alimentos utilizados nas suas explorações. No que dizia respeito à sustentabilidade económica da aquicultura, manifestou discordância relativamente à ideia de que aquela atividade apenas seria sustentável mediante o recurso a fundos públicos. Foi também salientado o investimento continuado da Noruega na promoção do salmão no mercado espanhol, estimado em cerca de quatro milhões de euros por ano, bem como as iniciativas de divulgação e promoção dos produtos noruegueses junto de representantes institucionais e de outros intervenientes do setor. Referiu ainda que, pelo segundo ano consecutivo, o salmão encontrava-se entre os produtos de pescado mais consumidos em Espanha, ultrapassando a pescada. Alertou para a crescente aposta em alternativas

alimentares de origem vegetal que procuravam reproduzir o sabor de produtos de origem animal dando o exemplo de Bruxelas em que havia restaurantes cuja oferta era integralmente de origem vegetal, assente na utilização de ingredientes e aromatizantes destinados a reproduzir sabores tradicionalmente associados a produtos de origem animal.

O Sr. Jean-Michel Cotrébil afirmou que, enquanto algumas regiões conseguiam mobilizar os recursos financeiros com maior rapidez, na Martinica os processos de acesso ao financiamento eram mais demorados e difíceis. Salientou que o plano de desenvolvimento da aquicultura sustentável da Martinica continuava bloqueado e que, embora a França integrasse a União Europeia, a Martinica, enquanto território insular ultramarino, enfrentava dificuldades específicas que a distanciavam das realidades do território continental europeu. Sublinhou a importância das experiências e recomendações partilhadas durante a reunião, considerando que poderiam contribuir para o desenvolvimento da aquicultura nos territórios insulares e reconheceu a necessidade de promover o consumo de produtos aquícolas e de criar condições para o desenvolvimento do setor, tendo sido também referido o investimento significativo realizado por outros países na promoção dos seus produtos, nomeadamente o salmão norueguês. Relativamente à situação da Martinica, informou que cerca de 90% dos produtos alimentares consumidos eram importados, uma realidade semelhante à de outros territórios ultramarinos franceses, como a Guyane Francesa e a Guadalupe e que poucos produtores aquícolas conseguiam colocar os seus produtos nas grandes superfícies comerciais, uma vez que muitos enfrentavam dificuldades em assegurar a viabilidade económica das suas explorações, em função dos volumes de produção. Apesar das dificuldades, estava convicto de que existia potencial para desenvolver a aquicultura na Martinica. Nesse sentido, defendeu a necessidade de aproveitar os mecanismos de financiamento disponíveis, incluindo os que permitiam financiar integralmente determinadas medidas de desenvolvimento aquícola. Lamentou, contudo, que, apesar da existência desses instrumentos, continuasse a ser difícil mobilizar os apoios necessários. Considerou também a possibilidade de recorrer ao financiamento para implementar medidas concretas de proteção das explorações aquícolas, nomeadamente através da instalação de barreiras de proteção contra os sargaços, cuja presença constituía um constrangimento para a atividade. No que respeitava à organização económica do setor, destacou a importância de modelos empresariais capazes de assegurar a sua própria sustentabilidade financeira, ainda assim, considerou que, para os territórios insulares, o acesso aos fundos continuava a ser essencial para impulsionar o desenvolvimento da aquicultura. Reconheceu a insuficiência dos dados científicos disponíveis para sustentar plenamente o desenvolvimento da atividade na Martinica, a produção existente era ainda limitada e que não estavam disponíveis elementos científicos suficientemente robustos para avaliar todas as potencialidades do setor, nesse sentido, considerou importante aprofundar o conhecimento técnico e científico, sem deixar de avançar com as medidas e recomendações já identificadas, adaptando-as às condições específicas

dos territórios insulares. Na parte final da reunião, salientou que as soluções aplicáveis ao território continental francês não poderiam ser transpostas diretamente para a Martinica, dadas as suas particularidades geográficas, económicas e logísticas e reforçou, assim, a necessidade de desenvolver uma abordagem ajustada à realidade local, que permitisse ultrapassar os constrangimentos existentes e aproveitar os instrumentos de apoio disponíveis. Por fim, o presidente daquele Grupo de trabalho agradeceu a participação de todos e manifestou a sua satisfação por ter presidido à reunião. Referiu ainda que, embora a aquicultura não constituísse a sua área de especialização, procurava trabalhar em articulação com os aquicultores da Martinica para contribuir para o desenvolvimento do setor.

O Sr. Ruben Farias salientou que a presença de todos na Martinica, incluindo do Sr. Jean-Michel Cotrébil, representou uma conquista coletiva, alcançada com muito empenho e dedicação, apesar das dificuldades sentidas ao longo do processo. Destacou o balanço muito positivo do trabalho realizado, nomeadamente no que respeitava à organização das agendas de trabalho, através da criação de um mecanismo que permitiu uma distribuição equilibrada das tarefas, sem sobrecarregar os participantes. Esse resultado foi considerado um sinal importante de evolução na forma de trabalhar em conjunto. Deixou um agradecimento especial ao secretariado, pelo enorme esforço desenvolvido, em particular à Secretária-Geral e às duas novas colaboradoras, que, apesar de terem chegado numa fase exigente, conseguiram responder às solicitações e assegurar a concretização do trabalho previsto. Por fim, reiterou que, ainda seis meses antes, não era sequer claro se seria possível concretizar a deslocação à Martinica e nesse sentido, expressou uma palavra especial de agradecimento ao Sr. Jean-Michel Cotrébil, sublinhando que a sua presença e o seu contributo haviam constituído uma razão determinante para a realização daquela visita.

Pontos de ação:

Elaborar uma recomendação conjunta para a realização de um estudo de impacte sobre a sustentabilidade da aquicultura, abrangendo as dimensões ambiental, económica e social, e identificando as necessidades, prioridades e especificidades de cada região. O estudo deveria avaliar a viabilidade económica do setor, os impactes ambientais, os custos associados aos estudos técnicos, as necessidades de financiamento e os constrangimentos ao desenvolvimento da atividade, de forma a fundamentar a definição de políticas e medidas de apoio adequadas às realidades das RUP.

Membros:

Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores	Pedro Capela
Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores	Jorge Gonçalves
Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores	Pedro Melo
Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture	Bruno Langlade
Comité Regional des Pêches Maritimes et des Èlevages Marins Martinique	Jean-Michel Cotrébil
Federação das Pescas dos Açores	Ruben Farias
Federación Nacional de Cofradías de Pescadores	José Basílio
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	David Pavón

Observadores:

Collectivité Territoriale de Martinique	Christèle Allaud
Collectivité Territoriale de Saint-Martin	Alan Ayassamy
Diréction de la Mer	Barbara Charvot
DGMARE	Amanda Pérez
Federação das Pescas dos Açores	Ana Silva
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	Hipólito Pérez
International Council for the Exploration of the Sea	Rui Catarino
Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación	Noelia Álvares
Mútua dos Pescadores	João Delgado
Região da Gaudalupe	Cassandre Gatoux

Região da Gaudalupe	Cyril Evuort
Região da Gaudalupe	Dariane Marinette
Service Pilotage Stratégique et Projets Structurants	Catherine Minot